

É política da Sakthi Portugal não utilizar trabalho infantil nas suas actividades, nem permitir a utilização na sua cadeia de fornecimento (fornecedores e subcontratados).

Desta forma, a Sakthi Portugal definiu uma política relativamente ao trabalho infantil, que assegura o cumprimento da legislação nacional em vigor sobre esta matéria, assentando nos seguintes princípios:

- Não é permitida a contratação a título permanente ou temporário de trabalho infantil;
- Não são mantidas parcerias ou contratados fornecedores que empreguem trabalho infantil;
- Todas as situações de trabalho infantil identificadas ou alvo de conhecimento, são imediatamente denunciadas.

Caso seja identificada qualquer situação de trabalho infantil na Sakthi, seus fornecedores ou comunidade em geral, devem ser desencadeados os seguintes procedimentos:

- Identificação da situação e crianças envolvidas;
- Comunicação imediata da situação às entidades competentes, para encaminhamento da mesma;
- Fornecer apoio financeiro adequado e outros suportes de forma a permitir que as crianças empregadas frequentem e permaneçam na escola até passarem a idade de criança;
- Quando aplicável, suspensão da prestação de serviço com o fornecedor ou parceiro em causa, até a situação estar regularizada;

A Sakthi compromete-se a divulgar esta política aos seus colaboradores e partes interessadas sobre as quais tenha influência.

Qualquer comentário ou sugestão relacionado com esta política de reparação de trabalho Infantil, deve ser apresentada ao Representante da Gestão para o Sistema de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Social, Sofia Festas.

Trabalho infantil é crime, DENUNCIE!

O Presidente do Conselho de Administração:

Lana Kik Limania Fernandes 24 / 5 / 2019

Numa circunstância de ser detectada a prestação de trabalho por parte de um menor com idade inferior a 16 anos, as entidades competentes, após tomada de conhecimento, tomarão as medidas apropriadas de forma a garantir as condições económicas para que a criança frequente a escola até atingir a escolaridade mínima obrigatória.

No caso do trabalho prestado por menores com idade entre os 16 e os 18 anos, aplica-se o condicionamento relativo ao exercício de determinadas actividades, envolvimento em processos e submissão a condições de trabalho, de acordo com o disposto no código do trabalho.